



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
REITORIA
PRO REITORIA DE ADMINISTRACAO - REITORIA
DIRETORIA DE LICITACOES E CONTRATOS - DLC - PROAD
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - DEL
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

RESPOSTA AO RECURSO

JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO
23060.000771/2025-54

Processo n.

TERMO: DECISÓRIO

FEITO: RECURSO ADMINISTRATIVO (contra)

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO nº 90055/2025

I. DAS PRELIMINARES

Recursos administrativos interpostos pela ALERTA SERVIÇOS LTDA e pela CENVEL CENTRAL LOCADORA LTDA, pessoas jurídicas de direito privado, registradas respectivamente nos CNPJ's nº 04.427.309/0001-13 e 04.427.309/0001-13, contra decisão da pregoeira que aceitou e habilitou a empresa VERDE PLANEJAMENTOS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 11.460.798/0001-70 no Pregão nº 90055/2025.

II. DAS FORMALIDADES LEGAIS À ADMISSIBILIDADE DO RECURSO

A doutrina majoritária indica como requisitos de admissibilidade a tempestividade e a inclusão de fundamentação e do pedido de reforma do ato Administrativo.

A Lei 14.133/2021 assim estabelece:

“Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

d) anulação ou revogação da licitação;

e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

II - pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação,

relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

§ 1º Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do inciso I do caput deste artigo, serão observadas as seguintes disposições:

I - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de

preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do caput deste artigo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 desta Lei, da ata de julgamento;

II - a apreciação dar-se-á em fase única.

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo será dirigido à autoridade que verificou o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

§ 3º O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

§ 4º O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

§ 5º Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses."

Os recursos apresentados cumprem o requisito da tempestividade, bem como o da fundamentação, além disso, encontram-se presentes os necessários pedidos de retificação da decisão, tornando assim, os recursos interpostos plenamente admissíveis.

III. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

Em resumo a empresa ALERTA SERVIÇOS LTDA alega que participou regularmente do Pregão Eletrônico nº 90055/2025, cujo objeto consiste na contratação de serviços de mão de obra terceirizada e que foi indevidamente inabilitada sob o argumento de existência de restrição no SICAF decorrente de decisão proferida no processo administrativo número 23289.000887/2025. Para defender sua tese, cita duas principais razões: a primeira diz respeito à ausência de comunicação de processo administrativo disciplinar, e a segunda à execução imediata da decisão contida neste processo. Em suma, visa o recurso reformar a decisão de inabilitação.

Em resumo a empresa CENVEL CENTRAL LOCADORA LTDA alega que a Recorrida prestou declaração falsa quanto ao cumprimento das cotas legais referentes tanto a aprendizes quanto a pessoas com deficiência, em desacordo com as cláusulas 5.10, 5.44, 9.7 e 9.8 do edital. Também alega que a Recorrida possui penalidade administrativa e impedimento temporário de contratar com a administração pública.

IV. DAS CONTRARRAZÕES

Em resumo a empresa VERDE PLANEJAMENTOS E SERVIÇOS LTDA alega que a Recorrente CENVEL CENTRAL LOCADORA LTDA busca, essencialmente, criar exigência nova, uma certidão ministerial, que não foi prevista no edital, violando o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Alega também que a ALERTA SERVIÇOS LTDA, embora com pretensões distintas, menciona elementos tangenciais que, de forma indireta, poderiam gerar confusão na análise do procedimento, razão pela qual também merecem ser esclarecidos.

Informa também que a alegação de impedimento supostamente derivado do CEIS ignora fato fundamental: o registro possui alcance restrito ao ente sancionador municipal, não produzindo efeitos perante a Administração Pública Federal, conforme claramente indicado na própria base de dados.

V. DA ANÁLISE

RECURSO INTERPOSTO PELA ALERTA SERVIÇOS LTDA

a) Da Alegada Ausência de Notificação

Conforme os autos do processo administrativo 23289.000887/2025-19, o Ofício 810/2025-REI foi devidamente recebido pela empresa ALERTA SERVIÇOS LTDA., conferindo-lhe ciência da decisão e das demais providências. O prazo legal de cinco dias para a apresentação de defesa (ou recurso, a depender da fase) transcorreu in albis (sem manifestação).

Portanto, a alegação de ausência total de notificação não se sustenta factualmente. A empresa foi formalmente comunicada, e a inércia em apresentar sua defesa ou recurso no prazo legal implica a preclusão do direito de se manifestar e a convalidação do ato, afastando a violação ao art. , inciso LV, da Constituição Federal. Houve, portanto, o devido processo legal no que tange à ciência da parte.

b) Do Registro da Penalidade e Efeito Suspensivo

A segunda alegação da recorrente baseia-se na premissa de que o registro no SICAF somente pode ocorrer após o trânsito em julgado administrativo.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) e a doutrina majoritária entendem que, no silêncio da parte interessada, os atos administrativos gozam de presunção de legalidade e veracidade, e são autoexecutórios, ou seja, podem ser executados imediatamente, independentemente de chancela judicial ou de manifestação.

Se a empresa não interpôs o recurso cabível (o que deveria ter feito dentro do prazo legal após o recebimento do Ofício 810/2025-REI, conforme demonstrado no item anterior), o ato administrativo que aplicou a sanção se tornou definitivo para a Administração Pública por ausência de impugnação, e a penalidade pode ser aplicada imediatamente. O efeito suspensivo automático da Lei 14.133/2021 só se materializa após a interposição do recurso. Como o prazo transcorreu in albis, não houve recurso, e, consequentemente, não houve efeito suspensivo a ser aplicado.

O TCU já se manifestou sobre a exigência de que o recurso seja formalmente interposto para que o efeito suspensivo seja aplicado:

A jurisprudência do TCU é firme no sentido de que a apresentação de recurso administrativo, nos termos do art. 109 da Lei 8.666/93 (dispositivo análogo ao art. 168 da Lei 14.133/2021), suspende os efeitos do ato recorrido até a decisão final da autoridade competente. Contudo, essa suspensão pressupõe a efetiva e tempestiva interposição do recurso.

Em um caso análogo, o Acórdão 2.215/2014 – Plenário do TCU reforça que: A suspensão do ato ou da decisão recorrida, prevista no art. 109, § 2º, da Lei 8.666/93, somente opera se houver interposição de recurso administrativo [...].

Dessa forma, como não houve recurso tempestivo, a decisão administrativa do processo 23289.000887/2025-19 tornou-se executória. O registro da sanção no SICAF é o ato consequente e legalmente amparado da decisão executória, e a inabilitação da ALERTA SERVIÇOS LTDA. no pregão eletrônico é a aplicação correta da regra de restrição cadastral. A conduta adotada pela Administração no pregão está, portanto, em consonância com o devido processo legal e a jurisprudência do TCU.

RECURSO INTERPOSTO PELA CENVEL CENTRAL LOCADORA LTDA

a) Do não cumprimento do Edital quanto a cota de reserva para pessoas com deficiência (PCD)

O Edital é claro quando informa em seu item 9.8 que a exigência a ser realizada pelo pregoeiro é a apresentação por parte da licitante de uma declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, o que foi providenciado pela Recorrida. A jurisprudência dos tribunais brasileiros, incluindo o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Tribunal de Contas da União (TCU), é pacífica no sentido de que a Administração Pública só pode exigir o que está expressamente previsto no edital do pregão (ou qualquer outra modalidade de licitação), em decorrência do princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Uma certidão emitida pelo Ministério do Trabalho para comprovar a cota de reserva para PCD's seria um documento novo não previsto em edital.

Ademais, em seu próprio recurso, a Recorrente cita o Acórdão TCU nº 2209/2025 que reitera que se deve

"evitar a inabilitação automática de licitantes quando o eventual descumprimento da cota legal de pessoas com deficiência decorrer de circunstâncias momentâneas e estiver demonstrada a adoção de providências para sua regularização."

E tendo demonstrado seu esforço para regularização, a Recorrida apresentou, complementarmente via e-mail e que agora torno público, uma nova certidão emitida em 20/11/2025 que comprova que empregava pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social em número IGUAL ao percentual previsto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

CERTIDÃO

EMPREGADOR: VERDE PLANEJAMENTOS E SERVICOS LTDA
CNPJ: 11.460.798/0001-70
CERTIDÃO EMITIDA em 20/11/2025, às 10:59:30

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado empregava, em 17/11/2025, pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social em número IGUAL ao percentual previsto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991.

- 1. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab/verificar> com o código de verificação **anj4osDtp1PUanW**.
- 2. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.
- 3. Os dados das certidões são atualizados diariamente. A presente certidão reflete a situação do empregador em 17/11/2025. Em regra, o intervalo entre a data da situação do empregador e a data da emissão da certidão é de 3 (três) dias, podendo este prazo aumentar em razão de atraso no processamento dos dados.
- 4. Eventuais retificações nos dados enviadas após 17/11/2025 podem não se refletir nesta certidão.
- 5. Esta certidão não abrange autos de infração, termos de compromisso e decisões judiciais relativos à obrigação de preencher vagas com pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social, conforme art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991.
- 6. Esta certidão abrange todos os estabelecimentos do empregador.
- 7. O cálculo da cota e aferição de seu preenchimento são realizados conforme definido no Art. 4º da Portaria MTE nº 547 de 11 de abril de 2025. Para o cálculo da cota são excluídos da base de cálculo os aprendizes contratados e os afastados por aposentadoria por incapacidade permanente (aposentadoria por invalidez). O resultado fracionado terá seu arredondamento para o número inteiro superior. Não são contabilizados para o preenchimento da cota aqueles empregados com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social contratados na modalidade de aprendiz, de contrato intermitente e os afastados por aposentadoria por incapacidade permanente (aposentadoria por invalidez).
- 8. Esta certidão foi emitida em 20/11/2025 e tem prazo de validade de 30 dias.

b) Da existência de penalidades administrativas e do impedimento de contratar com a Administração Pública

A pregoeira reitera o que foi informado por meio de relatório de análise de documentos de habilitação da Recorrida quanto a inexistência de penalidades impeditivas. Isto porque, apesar do SICAF ter sinalizado a existência de uma sanção, ao detalhá-la foi verificado que se tratava de um impedimento de licitar apenas no âmbito da Esfera e do Poder da Prefeitura Municipal de Estância (SE), não atingindo desta forma o Instituto Federal de Sergipe que é uma autarquia federal. Abaixo as consultas que foram realizadas no SICAF:

Dados do Fornecedor		
CNPJ:	11.460.798/0001-70	DUNS®: 900214765
Razão Social:	VERDE PLANEJAMENTOS E SERVICOS LTDA	
Nome Fantasia:	VS SERVICOS	
Situação do Fornecedor:	Credenciado	Data de Vencimento do Cadastro: 24/11/2025
Natureza Jurídica:	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	
MEI:	Não	
Porte da Empresa:	Demais	
Ocorrências e Impedimentos		
Ocorrência:	Consta (Ceis)	
Impedimento de Licitar:	Nada Consta	
Ocorrências Impeditivas indiretas:	Nada Consta	
Vínculo com "Serviço Público":	Nada Consta	

Sanção Ceis/Cnep 1:

Categoria Sanção:	Impedimento/proibição de contratar com prazo determinado		
Órgão Sancionador:	Prefeitura Municipal de Estância (SE)		
Abrangência:	Na Esfera e no Poder do órgão sancionador		
Número do Processo/Contrato:	2022.08.0011		
Data Inicial:	23/12/2024	Data Final:	23/12/2026
Fundamentos Legais:	Lei 10520/2002 - art. 7ª		

Diante das razões apresentadas, passo à decisão.

VI. DA DECISÃO

Vistos e relatados os pontos da insurgente cumpre manifestar decisão quanto à pretensão ora requerida. Pelas razões de fato e de direito expostas, e considerando a ausência de comprovação de violação ao contraditório e ampla defesa (haja vista a notificação ter sido devidamente recebida pela recorrente ALERTA SERVIÇOS LTDA, que não se manifestou) e a legalidade do registro da sanção no SICAF (tendo em vista a ausência de interposição de recurso administrativo tempestivo, o que afastou o efeito suspensivo). Considerando também que as alegações da recorrente CENVEL CENTRAL LOCADORA LTDA restaram infundadas, a autoridade competente decide:

1. CONHECER dos Recursos Administrativos interpostos pelas Recorrentes, por serem tempestivos;
2. NEGAR-LHES PROVIMENTO, mantendo inalterada a decisão que inabilitou a recorrente ALERTA SERVIÇOS LTDA e habilitou a Recorrida VERDE PLANEJAMENTOS E SERVIÇOS LTDA no Pregão Eletrônico 90055/2025;
3. CONFIRMAR o devido processo legal administrativo e a conduta adotada no pregão.

A decisão segue o entendimento de que a Administração agiu no estrito cumprimento da legalidade, aplicando a restrição cadastral válida e, conseqüentemente, inabilitando a empresa que não cumpriu os requisitos de habilitação.

Publique-se esta decisão.

Lorena de Souza Silva Medeiros

Pregoeira



Documento assinado eletronicamente por **LORENA DE SOUZA SILVA MEDEIROS, Coordenador(a)**, em 21/11/2025, às 14:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º e art. 12º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0840060** e o código CRC **F89D1C39**.